

OS DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS DA INCLUSÃO ESCOLAR

MORAES, Fernanda Marins da Silva

Acadêmica do Curso de Pedagogia da Faculdade de Ciências Sociais e Agrárias de Itapeva

CERDEIRA, Valda Aparecida Antunes

Docente da Faculdade de Ciências Sociais e Agrárias de Itapeva

RESUMO

Este artigo realizou um estudo demonstrando quais são os desafios contemporâneos enfrentados na educação especial para que de fato ocorra à inclusão de crianças com necessidades educacionais especiais no âmbito escolar, relatando o trajeto histórico da inclusão no decorrer do tempo desde a antiguidade até os dias atuais, marcada por extermínios, exclusão, preconceitos, lutas e conquistas. Este estudo tem como objetivo geral compreender a importância de uma educação inclusiva na vida do aluno com deficiência. Os objetivos específicos reconhecer o direito de todos a terem um ensino de qualidade; analisar o histórico da inclusão no âmbito escolar. Tendo como hipóteses desse artigo que o processo de inclusão escolar não é totalmente eficaz, pois as escolas encontram-se despreparadas para receber os alunos com necessidades educacionais especiais, impondo barreiras como à falta de recursos materiais, falta de adaptação adequada nos prédios e mobiliários escolar. Para responder os objetivos foram utilizados artigos científicos disponíveis em base de dados indexados e pesquisas bibliográficas. Constatou-se que a inclusão tem uma grande relevância para educação, é o caminho para garantir um ensino de qualidade e aberto às diferenças.

Palavras-Chave: Deficiência. Desafios. Inclusão

ABSTRACT

This article has carried out a study demonstrating the contemporary challenges faced by special education in order to effectively include the inclusion of children with special educational needs in the school context, reporting the historical path of inclusion in the course of time from ancient times to the present day, marked by exterminations, exclusion, prejudices, struggles and achievements. This study aims to understand the importance of inclusive education in the life of students with disabilities. The specific objectives recognize the right of everyone to have a quality education; analyze the history of inclusion in school. Taking the hypothesis of this article that the process of school inclusion is not totally effective, because schools are unprepared to receive students with special educational needs, imposing barriers such as lack of material resources, lack of adequate adaptation in school buildings and furniture. To answer the objectives were used scientific articles available in indexed databases and bibliographic research. It was found that inclusion has a great relevance for education, it is the way to guarantee quality education and open to differences.

Key words: Disability. Challenges. Inclusion.

1. INTRODUÇÃO

A inclusão no âmbito escolar é um assunto muito pertinente que necessita de ter uma atenção em especial, um olhar voltado para as diferenças. Para que aconteça uma educação inclusiva e que ela seja efetiva é necessário a participação

da escola, família e sociedade, todos com o mesmo objetivo de fazer da escola um lugar sem preconceitos e discriminação, que realmente seja um ambiente que respeite as diferenças

Para compreendermos a inclusão é necessário conhecer sua trajetória ao longo de muitos séculos. A deficiência inicialmente era vista como uma doença ou invalidez desse modo as pessoas deficientes passavam por várias situações que eram impostas pela sociedade. Partindo da Antiguidade em que predominava o processo de exclusão ou extermínio, passando pela segregação onde surge o assistencialismo como um ato de caridade, prosseguindo para integração que visava a preparação do deficiente para sua participação na sociedade até alcançarmos a inclusão.

Segundo Stobäus e Mosqueira (2004,p.15) “Os registros históricos comprovam que vem ao longo tempo a resistência à aceitação social das pessoas com deficiência e demonstram como suas vidas eram ameaçadas”. Partindo desse pressuposto observamos que a inclusão foi uma conquista alcançada pelas pessoas com deficiência, mas ainda persiste alguns desafios como o da inclusão escolar.

Neste contexto levanta-se os seguintes questionamentos: como a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais pode acontecer no âmbito escolar e quais os desafios a serem alcançados para que de fato ocorra essa inclusão. Para tais questionamentos se estabelece algumas hipóteses de trabalho de que a escola enfrenta vários desafios um deles é que ela ainda se encontra despreparada para receber os alunos com deficiência, outro em relação ao ensino que é aberto a poucos.

De acordo com Montoan, Prieto e Arantes:

[...]o ensino escolar brasileiro continua aberto a poucos, e essa situação se acentua drasticamente no caso dos alunos com deficiência. O fato é recorrente em qualquer ponto de nosso território, na maior parte de nossas escolas, públicas ou particulares, e em todos os níveis de ensino (MANTOAN; PRIETO E ARANTES, 2006 p.23).

No âmbito escolar a inclusão não se dá apenas no ato de inserir os alunos com necessidades educacionais especiais no ensino regular e sim ir mais além

buscar novas metodologias, rever as posturas e práticas, proporcionando ao aluno meio para que se alcance o progresso escolar (SILVA, 2012).

A inclusão tem sido o foco de discussões nas diferentes esferas sociais no que diz respeito à Educação. Perante alguns desafios aumenta-se a preocupação em relação à inclusão escolar.

Essa pesquisa tem como objetivo geral compreender a importância da inclusão de crianças com necessidades educacionais especiais no âmbito escolar; reconhecer o direito de todos a uma educação de qualidade e demonstrar que o processo de inclusão ainda não é eficaz. É possível constatar que somente a matrícula e permanência no espaço escolar são bem-sucedidas, fragmentando as práticas de ensino e tornando a escola como espaço de socialização, assim não conseguindo fazer a junção da ação pedagógica e a interação.

Para que a educação inclusiva aconteça se entendemos que todas as crianças que fazem parte de uma comunidade precisam aprender em conjunto sem estar sujeito às condições pessoais, sociais, habilidades ou culturais e que possa abranger aqueles que possuem algum tipo de deficiência. Segundo Blanco (2002) um formato de escola inclusiva é aquele em que não se pode ter uma imposição em relação ao acesso, algum modo de seleção ou discriminação. A inclusão requer reduzir os obstáculos da aprendizagem e participação e expandir os recursos que amparam esses processos.

Segundo Silva (2012) uma educação inclusiva é aquela que oferece a todos os alunos iguais oportunidades. Tanto no acesso, como também nos currículos, que ele possa ser desafiador, flexível e atrativo ao aluno e de acordo com suas habilidades e necessidades, somente dessa maneira é que a inclusão pode ser efetiva no âmbito escolar.

Portanto a inclusão é de grande relevância para a educação, é através dela que podemos garantir um ensino de qualidade, de equidade, que seja aberto a diferenças. Buscar através da bibliografia pertinente, e compreender qual é o papel da escola, sendo ela a mediadora entre o aluno e a aprendizagem.

2. OS DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS DA INCLUSÃO ESCOLAR

Ao depararmos com o contexto histórico da instituição escolar temos um olhar de uma educação que restringi a escolarização sendo um direito pertencente a um determinado grupo, justificando assim uma exclusão nas práticas educacionais (BRASIL, 2007).

A educação passa ter uma nova interpretação do paradoxo inclusão/exclusão a partir do processo de democratização em que se universaliza o acesso ao sistema de ensino. Assim garantindo a inclusão de todos os alunos no ensino regular, porém a escola continua excluindo indivíduos ou grupos de pessoas que não se assemelham aos padrões impostos por ela, deixando perceptível a seleção de alunos, produzindo a exclusão (BRASIL, 2007).

De acordo com Mantoan (2003) é inevitável às mudanças na educação, em que se veem cada vez mais as diferenças humanas presentes no ambiente escolar, perante esses novos desafios à escola não pode se omitir dos fatos que estão em derredor, isolando essas diversidades do processo de ensino que contribui para o desenvolvimento integral do aluno. Para isso é preciso compreender que o ato de aprender significa que a criança seja apta para se expressar de várias maneiras, representando o mundo conforme seus costumes, valores e sentimentos.

Para Blanco (2002) as desigualdades de oportunidades educacionais ainda persistem dentro das escolas, pois os processos de uma reforma na educação não foram eficazes devido às divergências sociais, econômicas, geográficas, culturais e individuais, havendo um considerado aumento no número de discente com analfabetismo funcional, de repetência gerando a evasão escolar.

Para Nascimento (2012) a Política Nacional de Educação deve assegurar o acesso à educação independente de raça, gênero, idade, classe social ou deficiência, sendo um amplo desafio para o ensino. Cabe à instituição escolar estar preparada para atender e receber a todos, qualificando o método de inclusão de alunos e favorecendo a igualdade de direitos e oportunidades para todas as pessoas.

Segundo Brasil:

Resolução CNE/CEB N°2 Art. 2° Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizar-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos (BRASIL, 2001 s/p.).

Um dos maiores desafios no Sistema Educacional é a inclusão escolar. Uma educação inclusiva considera alguns princípios a ser seguida e praticada, como a igualdade de oportunidades, uma qualidade na metodologia de ensino-aprendizagem, respeito às necessidades individuais, maior participação da família e sociedade e remoção de barreiras para a aprendizagem. A educação inclusiva é um processo que consente colocar em práticas alguns valores sem ser uma maneira assessorial, ela pode ser resumida dessa forma: o direito à educação, direito à igualdade de oportunidades, isso não significa ensinar de uma forma igual a todos os alunos, mas sim dar oportunidades diferentes de acordo com as necessidades de cada um e por fim direito à aprendizagem e direito à participação (CARVALHO, 2005).

De acordo com Nascimento:

Vale ressaltar que é um grande desafio modificar práticas pedagógicas tão enraizadas, pois implica em inovações na forma de ensinar, o que acarreta mensurar qualitativa e quantitativamente o processo de aprendizagem de cada aluno (NASCIMENTO, 2012 p. 15).

Outro desafio se encontra na preparação da escola para receber os alunos com necessidades educacionais especiais. Para Antun (2013 apud Mantoan, 2013) a inclusão escolar caminha a passos lentos, a escola está despreparada tanto no seu aspecto físico na falta de adaptações necessárias no prédio escolar e no mobiliário das salas, bem como em seu aspecto pedagógico com a falta de recursos materiais e de recursos humanos que são os profissionais especializados para atender e auxiliar o aluno em suas tarefas, não procurando a se adequar a essa nova realidade ou se o faz é muito pouco nesse sentido.

Para que aconteça uma educação de qualidade e que ela alcance a todos é necessário que se invista cada vez mais no ensino e que seja uma ação constante para que se diminua o número ainda existente de alunos rejeitados por possuírem alguma deficiência, dificultando a convivência em sala de aula. A escola precisa ser

um espaço em que o aprendizado possa abranger a todas as pessoas, ela requer uma nova estruturação dos projetos escolares, um novo planejamento de sua proposta pedagógica, dos procedimentos de avaliação da escola e da aprendizagem dos alunos, sendo de grande relevância a relação entre os alunos e professores (MANTOAN, PRIETO E ARANTES 2006).

2.1 Breve Históricos da Inclusão: da Exclusão à Segregação

Para entendermos a Educação Inclusiva é importante conhecer e compreender o contexto histórico que a envolve. Analisando os diversos aspectos históricos da humanidade, desde a antiguidade com o processo de exclusão das pessoas com necessidades especiais, até a atualidade com a chegada de um novo milênio, acompanhado com um novo paradigma o da inclusão, que possui um olhar voltado para os deficientes (STOBÄUS E MOSQUEIRA, 2004).

É na antiguidade que surgem os primeiros relatos de como as pessoas deficientes eram tratadas pela sociedade, foi nesse período histórico teve início nas antigas civilizações e perpetuou até o fim do Império Romano no século V. Nessa época que surgiu a divisão de classes na sociedade, marcada pela condenação a morte das pessoas com deficiência, sendo o período da exclusão (ENGELS, 2002).

O povo romano seguia certo padrão estético sempre na busca de corpos saudáveis e perfeitos, desse modo às pessoas que não seguiam esse padrão eram impedidas de viver na sociedade. Todas as pessoas que nasciam com alguma deformidade visível nos membros ou possuíam deficiência na fala, escuta ou visão eram abandonadas ou até mesmo eliminadas da sociedade, pois se entendia que eles causariam despesas para a comunidade (FERNANDES, 2011).

Em Esparta se valorizavam o corpo e a saúde, pois se tratava de uma cidade que tinha objetivo de formar guerreiros que precisavam ter corpos fortes e saudáveis, toda criança nascida naquela cidade era dever do pai de levar o recém-nascido até aos anciãos da cidade para ser analisada, se a criança fosse forte e saudável era devolvida aos pais que tinham a obrigação de criar seus filhos. Os meninos a partir dos 6 a 7 anos de idade deveriam estar a serviço do exército, o que significava que a partir daquele momento o Estado passava ser o responsável pela educação dessas crianças. Porém os bebês que apresentavam alguma forma de

deficiência ficavam sobre a responsabilidade dos anciãos, os quais levavam aqueles recém-nascidos até as montanhas da cidade e os lançavam no abismo para a morte (SILVA, 1986).

Na Roma Antiga, baseado na Lei das Doze Tábuas, toda criança nascida com alguma deformidade ou doença, eram consideradas monstruosas e cabia ao pai o direito de matar seus filhos jogando-as no esgoto. Nos primeiros séculos da Idade Média os bebês que nascessem com malformações eram queimados juntamente com suas mães, pois acreditavam que se tratava de filhos do demônio (NASCIMENTO, 2012).

Na Idade Média começa um novo período na história da pessoa com deficiência, a Segregação. Nessa época a Igreja visando uma concepção cristã, passa a ter um novo olhar voltado para o assistencialismo como um ato de caridade, acreditava que através dessa atitude garantia-se a salvação da alma. De acordo com Fernandes (2011) começam a surgir à criação de abrigos, asilos com finalidade de proteger, dar assistência aos deficientes, mas essa ação acabava excluindo os deficientes do convívio da sociedade.

Com o passar de muitos séculos da Idade Média as pessoas com deficiência começaram a receber mais atenção humanizada, senhores feudais ou governantes com o auxílio da Igreja criaram vários abrigos e hospitais com objetivo de atender soldados que haviam ficado cegos durante a guerra, desse modo surgiu a primeira instituição para cegos, localizada na França (SILVA, 1986).

Segundo Mazzotta (2005, p.17) descreve que “foi principalmente na Europa que os primeiros movimentos pelo atendimento aos deficientes, refletindo mudanças na atitude dos grupos sociais, se concretizaram em medidas educacionais”.

A partir dos séculos XVIII e XIX na Europa surge uma atenção especializada para a educação de pessoas com deficiência, são criadas instituições como os asilos com a finalidade de alimentar e abrigar os internos, como escola ensinando a leitura, a escrita e os cálculos, percebe-se uma grande mudança para as pessoas com necessidades especiais, agora as instituições tem como objetivo a Educação Especial (FERNANDES, 2011).

2.2. Educação Especial: Período da Institucionalização, Integração e Inclusão

A Educação Especial teve início na Idade Moderna com estudos voltados sobre o tratamento adequado à pessoa com deficiência. Grandes estudiosos surgem com a finalidade de pesquisar o comportamento e a mente do deficiente. Em 1800 Philippe Pinel, médico francês iniciou seus estudos sobre a mente, Esquirol entre 1780 e 1820 dando continuidade aos estudos de Pinel, estabelece uma classificação sobre o grau de comprometimento da mente. Edouard Sequin entre 1840 e 1870, médico e educador tinha seu foco na educação especial, nas necessidades de crianças especiais (STOBÄUS E MOSQUERA, 2004).

No Brasil a educação especial teve início no Antigo Império em 1854, foi o início do período da institucionalização. De acordo com Aranha (2005) as pessoas que apresentavam algum tipo de deficiência eram separadas de sua família e comunidade e mantidas em instituições segregadas ou escolas especiais que normalmente ficavam localizadas distante de seus familiares.

De acordo com Rodrigues e Souza (2007) no dia 17 de setembro de 1854 inaugurava a primeira instituição pública do Brasil, o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, fundada pelo imperador D. Pedro II, atualmente conhecida como Instituto Benjamim Constant. Outra instituição importante no marco da história foi o Imperial Instituto Nacional de Surdos Mudos, criado em 1857 com objetivo de atender e ensinar meninos surdos com idade de 7 a 14 anos em uma formação profissionalizante hoje conhecida como Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES).

O século XX trouxe várias mudanças e conquistas importantes como a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Segundo Fernandes, Schlesener e Mosquera (2011) esse século foi considerado como o período da integração, em que a sociedade começa a enxergar de forma diferente o deficiente, considerando-os como cidadãos que possuem direitos na participação e integração na sociedade.

Em 1969, nos países nórdicos como a Dinamarca, Islândia e Suécia se inicia o movimento pela a integração de crianças com necessidades educacionais especiais. Esse movimento ocorreu devido algumas práticas que segregavam a criança tanto no ambiente social como no escolar. Para Mantoan (2003) a integração escolar propicia ao aluno com deficiência o acesso às salas de aula no ensino regular, bem como o ensino em escolas especiais.

Para Mantoan (2003) a integração escolar foi o ato de inserir o aluno ou

grupos de alunos discriminados, excluídos. Porém a integração não é para todos, ela é seletiva, nem todos deficientes são aceitos nas salas de ensino regular, assim é o aluno que precisa se adaptar ao modelo e exigências da escola, e por outro lado a escola permanece estagnada sem ter mudanças.

Na década 1990 com base em conflitos e devido a muitas controvérsias ao modelo de integração, surge então um novo modelo de atendimento no sistema escolar a inclusão educacional. A inclusão escolar visa acolher e respeitar as diferenças, o desenvolvimento do aluno seja ele deficiente ou não e a interação de maneira que todos aprendam (MIRANDA, 2003).

De acordo com Fernandes (2011) a educação inclusiva vem modificar as ações da escola em relação ao ensino, buscando alcançar a aprendizagem de todos, inclusive às crianças com necessidades educacionais especiais. É na década de 1990 que surgem documentos importantes que orientam as políticas inclusivas dos países membros da ONU (Organização das Nações Unidas), como a Declaração de Salamanca (1994) sendo um marco principal para a educação inclusiva.

A Declaração de Salamanca surgiu em 1994 na Espanha, sendo um documento proveniente da Conferência Mundial sobre as Necessidades Educativas Especiais: Acesso e Qualidade, com objetivo de promover uma educação para todos, desse modo alcançando os alunos com necessidades educacionais especiais no ensino regular (FIGUEIRA, 2011).

Segundo Brasil:

Declaração de Salamanca art.2 [...] toda criança tem direito fundamental a educação, e deve ser dada a oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem: cada criança tem características, interesses, capacidades e necessidades de aprendizagem que lhe são próprias: as crianças e jovens com necessidades educacionais especiais devem ter acesso às escolas regulares, que elas devem se adequar através de uma pedagogia centrada na criança, capaz de ir ao encontro destas necessidades (BRASIL, 1994 s/p.).

De acordo com Rodrigues e Souza (2007) a inclusão deve provocar mudanças de atitudes, modificações constantes na prática pedagógica e na

adaptação ao meio. A escola precisa ser estruturada para receber os alunos com necessidades educacionais especiais, respeitando suas diferenças e trabalhando nas diversidades de uma maneira que elas se desenvolvam e aprendam em um ambiente favorável.

3. MATERIAL E MÉTODOS

Para a construção desse artigo, se pesquisou diversas literaturas que tratavam assuntos relacionados ao tema abordado, fundamentando-se na busca de conteúdos existentes e através dos autores, tendo o intuito de conhecer e compreender o assunto.

Foram realizadas pesquisas bibliográficas tendo como base para esse projeto leituras de livros e artigos nacionais, pesquisas nos sites Google Acadêmico, Scielo e outros materiais disponíveis na biblioteca da FAIT, buscando identificar, analisar e se apropriar dos componentes necessários à formação docente. O material utilizado foi separado de acordo com a abrangência do tema e seus descritores deficiência, desafio e inclusão e com a cronologia das publicações, possibilitando a elaboração de um plano de leitura.

Segundo Silva (2007, p.61) A pesquisa bibliográfica “constitui o procedimento básico para os estudos monográficos pelas quais se busca o domínio do estado da arte sobre determinado tema”.

A metodologia que se utilizou na realização desta pesquisa foi o método dedutivo e abordagem qualitativa.

A referência mais antiga e mais recente, utilizada neste artigo, foi Silva (1986) e Mantoan (2013), respectivamente.

4. CONCLUSÃO

A literatura evidencia que os desafios dos alunos com necessidades educacionais especiais em seu cotidiano escolar são ainda existentes, e que a experiência escolar adquirida em sala de aula é precária, muito pouco se tem feito em relação às necessidades desses alunos.

A inclusão é a conquista por meio de lutas e direitos daqueles que sempre foram excluídos, desprezados pela a sociedade no decorrer da história.

As questões teóricas sobre o processo da inclusão escolar têm sido muito debatidas por pesquisadores e estudiosos na área da Educação Especial, porém na prática pouco se tem feito para que de fato ela ocorra. A inclusão só será efetiva na escola a partir do momento que ocorrer modificações na estrutura do sistema educacional.

5. REFERÊNCIAS

ARANHA, M. S. F. **Projeto Escola Viva: garantido o acesso e permanência de todos os alunos na escola.** Brasília: Ministério da Educação; Secretaria de Educação Especial, 2005.

BLANCO, R. “**La Educaciôn Inclusiva en América Latina: Realidad y Perspectivas**” Trabalho Apresentado no II Congresso Internacional de Integração Educacional. Temuco, Chile. Abril, 2002

BRASIL. **Constituição (1988).** Diário Oficial da União, Brasília, DF, 5 out. 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%20C3A7ao.htm>. Acesso em 27 abr.2018

_____. Ministério da Educação. **Declaração de Salamanca.** Brasília, 1994. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/Salamanca.pdf>>. Acesso em: 18 jan. 2018.

_____. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Brasília, ed. do autor, 2007. Disponível em :<<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf>>. Acesso em: 25 jan. 2018.

_____. **Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação.** Câmara da Educação Básica. Resolução n.2, de 11 de setembro de 2001. Diário Oficial da União, 14

CARVALHO, R. E. **Educação Inclusiva: com os pingos nos “is”.** Porto Alegre: Mediação, 2004.

ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado.** São Paulo: Centauro, 2002.

FERNANDES, S. **Fundamentos para educação.** 2º ed. rev. e atual. Curitiba: Ibpex, 2011.

FERNANDES, L. B.; SHLESNER, A. e MOSQUERA, C. **Breve Histórico da Deficiência e seus Paradigmas.** Revista do Núcleo de Estudo e Pesquisas Interdisciplinares em Musicoterapia, Curitiba, v.2, p.132-144, mai.2011.

FIGUEIRA, E. **O que é educação inclusiva.** São Paulo: Brasiliense, 2011.
MANTOAN, M. T. E.; PRIETO, R. G. e ARANTES, V.A. **Inclusão escolar: pontos e contrapontos.** São Paulo: Summus. 2006.

MANTOAN, M. T. E. **Para uma escola do século XXI.** In: ANTUN, R. P. Campinas, SP: UNICAMP/ BCCL, 2013.

MAZZOTTA, M. J. S. **Educação especial no Brasil: história e políticas públicas.** 5. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

MIRANDA, A. A. B. **História, Deficiência e Educação Especial,** Reflexões desenvolvidas na tese de doutorado: A prática Pedagógica do Professor de Alunos com deficiência Mental, Unimep, v.1, p.1-7, 2003.

NASCIMENTO, R. T. A. **Alunos com necessidades especiais na sala de aula: informações elementares para o professor/** São Paulo: Memnon, 2012.

RODRIGUES, F.L.V. e SOUZA, A. M. **Educação Inclusiva.** Brasília: Universidade de Brasília, 2007.

SILVA, A.M. **Educação especial e inclusão escolar: história e fundamentos.** Curitiba: InterSaberes, 2012.

SILVA, O. M. **A Epopeia Ignorada: A pessoa Deficiente na História do Mundo de Ontem e de Hoje.** São Paulo: CEDAS, 1987.

SILVA, R. **Metodologia Científica.** 6. Ed. São Paulo, 2007.

SALOMON, D. V. **Como fazer uma monografia.** 12 ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fonseca, 2010.